

Termo de Referência 15/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2023	393001-AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	LIVIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	11/06/2024 14:54 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		50500.354722/2023-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de empresa para criação de vídeo institucional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para criação de vídeo institucional em versão de aproximadamente 5' (cinco minutos) com aplicação de legendas em português, inglês e espanhol, cujo objetivo é divulgar as atividades da ANTT em apresentações internas e externas.	19658	UN	1	R\$104.888,17	R\$104.888,17

1.2 O serviço objeto desta contratação é caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O custo estimado total da contratação é de R\$ 104.888,17 (cento e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e quantitativo encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme item nº II.1 da Deliberação nº 93, de 1º de ABRIL de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei n. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Subcontratação

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Trata-se de serviço que de baixa complexidade e vulto que não comprometem o cumprimento das obrigações. Além disso, o serviço será realizado por meio de uma entrega única, cujo entrega do serviço resultará na execução do contrato.

Vistoria

4.4 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de execução

5.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.3 Início da execução do objeto se dará Imediatamente após a emissão da ordem de serviço (OS).

5.4 Rotinas a serem cumpridas

5.4.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo, e detalhadas no ETP em anexo:

a)Planejamento

b) Pré-produção

c) Produção e

d) Pós-produção.

5.5 Local e horário da prestação dos serviços

5.6 O produto final desta contratação deverá ser entregue na SEDE da ANTT

Endereço :Lote 10 Projeto Orla Polo 8, Brasília - DF, 70200-003

Setor: Assessoria Especial de Comunicação (AESCOM) Bloco G 1º andar

Horário: Comercial

5.7 Materiais a serem disponibilizados

Para garantir a perfeita execução dos serviços e a obtenção de imagens de alta qualidade, a contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e utensílios. Sendo essencial para garantir que as imagens captadas atendam aos padrões de qualidade estabelecidos no ETP (Estudo Técnico Preliminar)

5.8 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES

6 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

Orientações para elaboração do novo vídeo institucional

6.1. Etapas

6.1.1. As etapas descritas neste item devem se complementar com as informações contidas no Anexo I – Fluxo de Trabalho, Agentes, Responsabilidades e Prazos.

6.1.2. As etapas possuem cronologia interdependente, de modo que o início da próxima etapa se dará a partir da conclusão da etapa vigente.

6.1.3. Para simplificação da cronologia, agruparam-se as etapas em 3 tipos: pré-produção, produção e pós-produção, que se desdobram da seguinte forma:

- **Pré-produção:**
 - Criação de Comissão Avaliadora da ANTT;
 - Reunião de Briefing;
 - Apresentação do roteiro;
 - Avaliação do roteiro;
 - Aprovação do roteiro.
- **Produção:**
 - Apresentação da filmagem;
 - Avaliação da Filmagem;
 - Aprovação da Filmagem;
 - Apresentação da Locução e Trilha Sonora;
 - Avaliação da Locução e Trilha Sonora;
 - Aprovação da Locução e Trilha Sonora;
 - Apresentação das Traduções;
 - Avaliação das Traduções;
 - Aprovação das Traduções.
- **Pós-produção:**
 - Apresentação da Edição Final;
 - Avaliação da Edição Final;
 - Aprovação da Edição Final.

6.2. Pré- Produção

6.2.1. Conceito: A concepção do vídeo institucional terá como referência o vídeo institucional da ANTT existente e disponível no Canal ANTT no Youtube (link: <https://youtu.be/GVM7DEd9wyM?si=zNsdMSiVoLbO3Yse>).

6.2.2 **Personagens:** Todos os personagens devem possuir feições brasileiras, que contemplem as etnias e miscigenações mais predominantes na demografia brasileira "rostos comuns".

- Público geral:
 - Aglomerações de passageiros;
 - Construtores de rodovia;
 - Construtores de ferrovia;
- Público específico:

- Passageiros carentes:
 - Idosos;
 - Pessoas com deficiência;
 - Jovens;
- Motoristas de veículos de passeio;
- Motorista de caminhão;
- Maquinista de locomotiva;
- Empresários do setor de transporte
- Socorristas médicos e mecânicos das BSO/SAU.

6.2.3 Cenários-chave:

- Edifício-Sede ANTT;
- CNSO;
- Superintendência;
- Auditório;
- Sala de Reunião Plenária

Infraestrutura Rodoviária:

- Vias duplicadas de rodovias federais concedidas;
- Centros de Controle Operacional (CCO);
- Pórticos de Free-Flow e de HS-WIM;
- Pontos de Parada e Descanso (PPD);
- Áreas de escape;
- Passarelas de pedestres;
- Passagens de fauna;
- Túneis rodoviários;
- Viadutos rodoviários;
- Pontes rodoviárias;
- Praças de pedágio.

Infraestrutura Ferroviária:

- Ferrovia concedida;
- Centro de Controle Operacional (CCO)
- Passagem em nível;
- Túneis ferroviários;
- Viadutos ferroviários;
- Pontes ferroviárias.

Cenários de Terminais Integradores de Transporte de Carga (Ferroviário e Rodoviário):

- Postos de Pesagem
- Portos secos:
 - Uruguaiana (RS);
 - Foz do Iguaçu (PR);
 - Resende (RJ);
 - Campinas (SP)
 - Anápolis (GO);
- Portos marítimos:
 - Santos (SP);
 - Paranaguá (PR);
 - Itaqui (MA);
 - Tubarão (ES);
 - Itajaí (SC);
 - Rio de Janeiro (RJ);
 - Suape (PE);
 - Rio Grande (RS);
- Portos fluviais:
 - Manaus (AM);
 - Belém (PA);
 - Santarém (PA);

- Porto Velho (RO);
- Macapá (AP);

Cenários de Terminais de Transportes de Passageiros

- Terminais Rodoviários:
 - Interestaduais:
 - Tietê (SP);
 - Novo Rio (RJ);
 - Belo Horizonte (MG);
 - Brasília (DF);
 - Porto Alegre (RS);
 - Curitiba (PR);
 - Internacionais:
 - Tietê (SP);
 - Porto Alegre (RS);
 - Foz do Iguaçu (PR);
 - Corumbá (MS);
 - Área de venda de bilhetes;
 - Área de espera;
 - Posto de Fiscalização e Atendimento da ANTT;
 - Plataformas de embarque e desembarque de ônibus;
 - Cabines de ônibus (leito, executivo e convencional), seção interna de passageiros e de motorista;
- Terminais Ferroviários:
 - Estação Belo Horizonte (MG);
 - Estação Pedro Nolasco (ES)
 - Estação de São Luís (MA);
 - Estação de Parauapebas (PA);

6.2 Roteirização -Capítulos

- Introdução
- Rodovia
 - Infraestrutura
 - Pesagem em Movimento (HS-WIM);
 - Free-Flow;
 - Ponto de Parada e Descanso (PPD);
 - Áreas de escape;
 - Passarelas de pedestres;
 - Passagens de fauna;
 - Cargas
 - Produtos perigosos;
 - Nacional
 - Internacional (Mercosul);
 - Passageiros
- Ferrovia
 - Infraestrutura
 - Cargas
 - Passageiros
- Dutovias
 - Oleoduto OSBRA;
 - Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL;
 - Gasoduto Sudeste-Nordeste – GASENE.

- Fiscalização
 - Rodoviária
 - Cargas
 - Passageiros
 - Ferroviária
 - Cargas
 - Passageiros
- Encerramento e assinatura

6.3 Produção

6.3.1 Filmagem:

- Vídeo digital, resolução 4K, formato de arquivo MOV, AVI, MP4;
- Disponibilização de Licença de uso;
- Cessão de direito autoral das imagens;

6.3.2 Áudio:

- Áudio digital, 32 bit 44kHz, formato de arquivo WAV, MP3;
- Locução profissional em Português, Inglês e Espanhol;
- Trilha sonora profissional

6.3.3. Animações:

- Transições estilo Cortina, leque, máscara;
- Letterings e lower thirds, em Português, Inglês e Espanhol;

6.3.4. Tradução e legendagem

- Observância à correspondência de termos técnicos em Português, Inglês e Espanhol;
- Vocabulário institucional;
- Legendas a serem produzidas separadamente, em Português, Inglês e Espanhol;

6.4. Pós-Produção

Licenças de Uso:

6.4.1. Caso a LICITANTE VENCEDORA faça uso de vídeos, áudios ou quaisquer outros elementos provenientes de bancos de dados que exijam licenciamento para sua divulgação, obriga-se a fornecer à CONTRATANTE, até o prazo final correspondente à Apresentação da Edição Final, todos os códigos de licenciamento obtidos junto aos detentores dos direitos autorais desses elementos.

6.4.2. A LICITANTE VENCEDORA deverá assegurar que todos os elementos utilizados na produção audiovisual, que demandem licenciamento, possuem as licenças necessárias para seu uso e divulgação, em conformidade com a legislação de direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

6.4.3. Os códigos de licenciamento fornecidos deverão ser válidos e estar em conformidade com as exigências das plataformas de streaming e outros meios de divulgação onde os vídeos produzidos serão veiculados.

6.4.4. A não apresentação dos códigos de licenciamento no prazo estipulado, quando aplicável, constituirá inadimplemento contratual, sujeitando a LICITANTE VENCEDORA às penalidades previstas neste contrato, incluindo, mas não se limitando, a multa, rescisão contratual e indenização por eventuais danos causados à CONTRATANTE.

6.4.5. A LICITANTE VENCEDORA deverá garantir que os códigos de licenciamento fornecidos permitam à CONTRATANTE o uso pleno e contínuo dos materiais audiovisuais, sem restrições ou impedimentos por parte dos detentores dos direitos autorais.

Cessão de Direitos Autorais:

6.4.6. A LICITANTE VENCEDORA cede e transfere à CONTRATANTE, em caráter total, irrevogável e irretroatável, todos os direitos autorais patrimoniais sobre a obra audiovisual produzida em decorrência do presente contrato.

6.4.7. A cessão de direitos abrange, mas não se limita a, os direitos de reprodução, distribuição, exibição pública, comunicação ao público, edição, adaptação e qualquer outra forma de utilização da obra.

6.4.8. A cessão de direitos autorais é concedida em caráter permanente e abrange todo o território nacional.

6.4.9. A ANTT poderá utilizar a obra audiovisual em quaisquer meios e formatos, existentes ou que venham a ser criados, sem necessidade de autorização adicional da LICITANTE VENCEDORA.

6.4.10. A remuneração pela cessão de direitos autorais está incluída no valor total do contrato.

Apresentação, Aprovação e Revisões:

6.4.11. A Apresentação da Edição Final deve referir-se aos três vídeos, referentes aos idiomas Português, Inglês e Espanhol, que serão submetidos a avaliação pela ANTT.

6.4.12. A LICITANTE VENCEDORA deverá fornecer, além do arquivo do produto final, os arquivos originais das fontes de mídia, para futura atualização do vídeo em mídia digital.

6.4.13. Caso haja necessidade de se realizar algum ajuste, antes da aprovação da Edição Final, a LICITANTE VENCEDORA deverá realizá-lo no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de comunicação da ANTT.

6.4.14. A aprovação do produto final deverá observar as seguintes especificações técnicas:

- Projetos editáveis em plataforma compatível com a da Adobe (Premiere, After Effects);
- Vídeos digitais, resolução 4K, formato de arquivo MOV, AVI, MP4;
- Áudios digitais, 32 bit 44kHz, formato de arquivo WAV, MP3;
- Legendas produzidas em avulso ao vídeo, formato de arquivo SRT;

6.5 Os prazos observarão o detalhamento do Anexo I - Fluxo de Trabalho, Agentes, Responsabilidades e Prazos do ETP.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período das reuniões com a AESCOM.

7.7 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

7.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.18 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará os itens 4, 6 e Anexo I do Estudo Técnico Preliminar para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados,

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. DO RECEBIMENTO

9.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15(quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

9.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.13 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.14 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.15 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.16 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.17 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.18 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.19 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

9.20 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.21 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.22 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.23 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.24 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.25 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.26 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.27 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.28 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.29 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

9.30 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.31 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.32 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.33 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.34 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

9.35 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

9.36 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

9.37 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.38 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.39 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

9.40 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

a) O portfólio da empresa para avaliar sua experiência anterior na produção de vídeos institucionais, contendo clientes atendidos e trabalhos desenvolvidos nos últimos 02 anos;

b) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

c) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Objeto compatível com o objeto da licitação;

Cumprimento de prazo de entrega;

d) Trabalho Referência - 02 (dois) trabalhos realizados com a mesma natureza do objeto desse Termo. O trabalho deverá ser apresentado em arquivo, acompanhado de breve resumo sobre seu uso, o período que foi solicitado e o cliente que solicitou (com indicação do nome e telefone de contato do responsável – a ANTT poderá entrar em contato para obter mais informações sobre o trabalho apresentado e sobre o atendimento da empresa.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971; A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço; O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107; A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$104.888,17 (cento e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos), conforme custos apostos em anexo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Plano de Contratações Anuais.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte de Recursos: 1050000016

Programa de Trabalho: 26.122.0032.2000.0002

Elemento de Despesa: 33903959 - SERVIÇOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO

Plano Interno: NOVOCT

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIVIA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2024 às 14:01:24.

LETICIA ARAUJO SILVA VENSON

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2024 às 14:54:33.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Orcamentos compilados.pdf (4.22 MB)

Anexo I - Orcamentos compilados.pdf



Orçamento - ANTT Institucional.

Segue a proposta de prestação de serviços de captação e edição para vídeo institucional da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

1. Objetivo do projeto

Objetivo geral do projeto é desenvolver:

- **1 vídeo institucional** de aproximadamente 5 minutos de duração com objetivo de divulgar as atividades da ANTT.

2. Definições do Projeto

As ações gerais que estão inclusas no projeto:

2.1 Confecção do roteiro.

2.2 Captação de vídeo.

2.3 Edição de vídeo.

2.4 Finalização e renderização em Full HD.

3. Etapas de criação do projeto audiovisual

O cronograma proposto para a realização das etapas deste projeto é de aproximadamente **30 dias úteis após as filmagens**, considerando as datas máximas de aprovação, podendo este tempo ser alterado de acordo com a agilidade das etapas.

Descrição	Tempo estimado	Data limite	Responsável
Captação de vídeo	10 externas	10 externas	Cinegrafista
Edição e Finalização de vídeo	30 dias úteis	30 dias úteis	Editor

4. Investimento e prazos

Segue a relação descritiva dos investimentos e serviços relacionados a esta proposta:

Filmagem

Câmeras Sony 4k + Kit de Lentes Sony + Kit de Luzes + Microfones direcionais + Microfone Lapela + Gimbal + Tripés + Dolly + Cabos e Conectores + Drone DJI 4K

Edição e Finalização

Vinheta de abertura e encerramento + Montagem de takes + Correção de cor e Renderização.

Logística e Qualificação Técnica

Custos de logística + Narração + Motion Graphics + Narrador + Diretor Audiovisual + Assistente de Câmera + Produção

Total

R\$ 82.250,00

Data de Emissão: 09/04/2024

Gabriel Henrique Alves Braga
pinacoladafilmes@gmail.com
+55(61)99250-7070



47.248.371/0001-50

SEGUE PROPOSTA DE SERVIÇO PRESTADO EQUIPE DE AUDIOVISUAL

Captação e edição de vídeo institucional em versão de aproximadamente 5' (cinco minutos)

O objetivo é divulgar as atividades da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES-ANTT em apresentações internas e externas.

Produção: Aproximadamente
10 extensas.

1 diretor;

1 cinegrafista;

1 locutor;

1 produtor;

1 roteirista;

Trilha sonora freeware;

Sem contratação de artistas, modelos e locação de estúdio de gravação.

Etapas:

Reunião com representantes da AESCOM para discutir os objetivos do vídeo institucional, público-alvo, mensagem-chave e qualquer requisito específico.

Definição do Roteiro em conjunto com a AESCOM na elaboração da produção do vídeo.

Isso deve incluir uma narrativa clara, sequência de eventos e informações visuais que precisam ser destacadas, por exemplo imagens de ônibus e caminhões de carga nas localidades da Rodoviária Interestadual de Brasília/DF, no Terminal Rodoviário Tietê de São Paulo/SP, Rodovia Presidente Dutra/SP e no Porto de Santos/SP.

LISTA DE EQUIPE, EQUIPAMENTO E ORDEM DO DIA

Aprovações e Revisões: Entrega em mídia digital no prazo de 45 dias corridos após a captação das imagens para aprovação do roteiro e apresentação da 1ª prévia do vídeo.

Após a aprovação da prévia serão necessários 7 dias para a entrega final da mídia.

VEICULAÇÃO VÍDEO:

TV e rádio aberto e fechado ambientes institucionais/ Redes sociais / Material interno e internet por tempo indeterminado.

AK PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 47.248.371/0001-50

Telefone: + 55 61 9.9316-1782 End: ST SETOR COMERCIAL SUL Q 2 BL D SL 1206 BRASÍLIA/DF



47.248.371/0001-50

MERCADO:

Nacional/Internacional

ESPÉCIE:

4k

OBSERVAÇÃO CONTRATUAIS:

1. Os custos trabalhistas e decisórios da mão de obra serão de obrigação da AK produções.
2. Os custos do espaço de locação, montagem de cenário, objetos de cena e figurino são por conta do contratante, estes custos não estão incluídos nesta proposta, mas estão em outras propostas específicas as frentes temáticas já enviados pela AK Produções. Logo caberá a AK Produções a entregar os serviços, mediante aceite das propostas adicionais.

INVESTIMENTO EQUIPAMENTO PARA ESTUDIO BRASÍLIA E DO RIO DE JANEIRO

CUSTO DE PRODUÇÃO - EX. ICMS/ISS:

R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais)

FORMA DE PAGAMENTO:

A vista.

VALIDADE DA PROPOSTA:

6 meses.

Nos colocamos a disposição para qualquer dúvida e aguardamos pelo seu retorno,

Atenciosamente,

Brasília, 16 de março de 2024

Ayrton Fernandes Santos Xavier

Diretor Executivo

CPF: 051.631.311-84

ayrtonnxavier@gmail.com

61 9 9316-1782

AK PRODUÇÕES LTDA

CNPJ: 47.248.371/0001-50

Telefone: + 55 61 9.9316-1782 End: ST SETOR COMERCIAL SUL Q 2 BL D SL 1206 BRASÍLIA/DF



Produtora de Audiovisual

Produtora (CNPJ 22.325.238/0001-20) de profissionais com a missão de desenvolver conteúdo audiovisual de excelência. Oferecemos serviços personalizados, atuando desde a criação, o planejamento e a execução de projetos audiovisuais. Endereço Edifício Oscar Niemeyer, SCS Q. 1 BL D SALA 1206 - Brasília, DF, 70316-900 - E-mail: sullivanjob@gmail.com. Telefone: (61) 98121.2392.

Clausula primeira do objeto.

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço Filmagem de um Institucional da **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** se encarregará de Filmar os itens do **CONTRATANTE**, relacionado a seguir:

Descrição do serviço:	Vídeo Institucional com até 5 minutos, com roteiro, captação de imagem, drones, animações, locução, trilha original, sound effects e vinheta de abertura. Em 4K entregue em alta e drive na nuvem.
Equipe:	01 Diretor. 01 Cinegrafista. 01 Locutor. 01 Produtor. 01 Roteirista. 01 Editor. 01 Motion
Equipamentos:	01 Câmera Black Magic 6k Pro. 01 Kit de lentes cine DS Rokinson. 01 Tripés hidráulicos. 01 Kit de áudio lapela sem fio. 01 Estabilizador Ronin. 01 Acessórios de câmera.
Budget:	O valor total do serviço é de R\$ 100 mil reais. Pagamento 30 dias após a nota.

Clausula SEGUNDA dos Direitos Autorais:

Feita com base na Lei nº 9.610/98, e produzir todos os seus efeitos definitiva e irrevogavelmente.

- A **CONTRATADA** declara será o autor e titular dos direitos autorais da obra _____, cedendo e transferindo a **CONTRATANTE** os seus direitos de autor, pelo preço fixo e certo de R\$ 100.000 que a **CONTRATANTE** pagar.
- Os direitos cedidos são todos os direitos de publicação o por impressão em papel, por meio eletrônica produção audiovisual, sonorização, e rádio difusão e outros meios de comunicação, mediante o emprego de qualquer tecnologia (digital, com ou sem fio e outras). Incluem-se também edição, adaptação, previstos no art. 29 da Lei 9.610/98, para finalidade editorial ou comercial.

• Concedido À **CONTRATANTE**, segundo sua conveniência, o direito de publicar ou não a obra sem que a **CONTRATADA** recobre os direitos cedidos.

- A presente cessão autoriza a **CONTRATANTE** a transmitir os direitos de utilização economia da obra, contratando ou autorizando sua edição para terceiros. Permite também, ceder, de forma definitiva e irrevogável estes mesmos direitos de que passa a ser titular.
- A **CONTRATADA**, segundo sua conveniência, o direito de divulgar a obra sem que o **CONTRATANTE** recobre os direitos recebidos, para fins editoriais com o intuito de divulgar seu trabalho para novos clientes e mídia social, ficando vedado o direito de comercialização da obra.

Clausula TERCEIRA das Penalidades.

- Caso o **CONTRATANTE** solicite o cancelamento deste contrato por qualquer motivo antes do evento, o mesmo arcará com uma multa de 45% do valor do contrato.
- Caso a **CONTRATADA** solicite o cancelamento deste contrato, deverão arcar com a devolução completa do valor já pago pelo **CONTRATANTE**.
- Em caso de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE** quanto ao pagamento do serviço prestado, deverão incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 2% ao mês e juros de 0,33 por dia de atraso.
- Alterações de data do evento ou suspensão temporário do serviço com aviso prévio inferior a 15 (quinze) dias anteriores ao evento incidem em multa no valor de 10% do custo deste contrato.

Cláusula QUARTA DAS Obrigações do Contratante.

- Efetuar o pagamento nas formas e condições estabelecidas.
- Informar a **CONTRATADA** quaisquer alterações (horários, dia e data do evento), com antecedências acarretando assim um real acordo entre os mesmos e caso isso não aconteça, não será de responsabilidade da **CONTRATADA** a de tais mudanças.
- O **CONTRATANTE** deverá fornecer a **CONTRATADA** todas as informações necessárias a realização do serviço devendo especificar os detalhes necessário à perfeita execução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue, como: nome legível e identificação das pessoas de destaque; livre acesso da equipe ao local do evento; verificar a existência de pontos de energia ou um gerador se necessário para os equipamentos (iluminação, filmadora, etc.); reservar uma mesa para a equipe se instalar quando necessário.
- É de responsabilidade do **CONTRATANTE**, eventuais danos físicos causados aos equipamentos ou membros da equipe por parte de seus convidados e por equipe de apoio do evento (ex: produtores, assistentes etc.) devendo ressarcir o prejuízo causado a **CONTRATADA**. Ressaltando, entretanto, que a **CONTRATADA** deve manter os equipamentos - como câmeras e lentes - sempre sob sua guarda, excetuando aqueles que necessitam ficar dispostos no local ficando, portanto, sob risco de acidentes.
- Ajustar-se aos horários disponíveis na agenda da **CONTRATADA**.
- Ao receber o material da **CONTRATADA** para primeira análise e correção e alteração atentar-se a tudo que deseja mudar posto que de preferência seja feita apenas uma

revisão geral detalhada do vídeo final.

Brasília DF 08 de Abril de 2024.

Diretor Diego Sullivan CPF 936129312-53

Portfólio da produtora





**AO3 INOVAÇÃO TECNOLOGIA E CONTEÚDO
AUDIOVISUAL**

CNPJ: 31.363.850/0001-88
SCIA Quadra 8 Conjunto 12, lote 9 - Zona Industrial (Guará)
Brasília/DF - CEP: 71250-730

(16)99231-7063 - (61) 9971-6818
contato@ao3.biz
<https://www.ao3.biz/>
Vendedor: Luiza Rinaldi

ORÇAMENTO Nº 533

10/01/2024

Vídeo institucional com o objetivo de divulgar e transmitir de forma clara e impactante as atividades desenvolvidas pela ANTT

- Captação e edição de vídeo institucional em versão de aproximadamente 5' (cinco minutos) , cujo objetivo é divulgar as atividades da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES-ANTT em apresentações internas e externas.
- Produção: Aproximadamente 10 externas; 45 horas de edição; 1 diretor; 1 cinegrafista; 1 locutor; 1 produtor; 1 roteirista; Trilha sonora freeware; Sem contratação de artistas, modelos e locação de estúdio de gravação.
- Definição do Roteiro em conjunto com a AESCOM na elaboração da produção do vídeo, com uma narrativa clara, sequência de eventos e informações visuais que precisam ser destacadas, por exemplo imagens de ônibus e caminhões de carga
- Vinheta de abertura e encerramento e créditos no encerramento.

Locais:

- Rodoviária Interestadual de Brasília/DF,
- Terminal Rodoviário Tietê de São Paulo/SP,
- Rodovia Presidente Dutra/SP
- Porto de Santos/SP.

PREVISÃO DE ENTREGA: 10/01/2024

DADOS DO CLIENTE

Razão social:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	Nome fantasia:	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
CNPJ/CPF:	04.898.488/0001-77	Endereço:	ST SCE/SUL, LOTE 10, TRECHO 3, PROJETO ORLA, POLO 8, S/N - ASA SUL
CEP:	70200-003	Cidade/UF:	Brasília/DF
Telefone:	(61) 3410-1001	E-mail:	ouvidoria@antt.gov.br

SERVIÇOS

ITEM	NOME	QTD.
1	Diretor Audiovisual	1
2	Assistente de Câmera	1
3	Assistente de Elétrica	1
4	Produtor	1
5	Roteirista	1
6	locução	1
7	Logística	1
8	Edição e Finalização	1
9	Animador / Motion Designer	1
TOTAL		9

PRODUTOS

ITEM	NOME	QTD.
1	KIT Iluminação Aputure	1
2	Kit de Lentes Prime - Canon	1
3	Cabos e Conectores Necessários.	1
4	Blackmagic Pocket - 6k pro	2

5	Drone DJI	1
6	Estabilizador de Imagens Eletrônico (Gimbal)	1
7	tripé camera	1
8	Tripé Luz	1
9	3 Tabelas	3
TOTAL		12

		SERVIÇOS: 104.299,00
		TOTAL: R\$ 104.299,00

<p>_____</p> <p>Assinatura do cliente</p>

NATIVA PRODUÇÕES E FILMES

ESPECIALISTAS
AUDIOVISUAL

Prezados Senhores,

SEGUE PROPOSTA DE SERVIÇO PRESTADO EQUIPE DE AUDIOVISUAL

Captação e edição de vídeo institucional em versão de aproximadamente 5' (cinco minutos)

O objetivo é divulgar as atividades da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES-ANTT em apresentações internas e externas.

Produção: Aproximadamente

10 externas;

45 horas de edição;

1 diretor;

1 cinegrafista;

1 locutor;

1 produtor;

1 roteirista;

Trilha sonora freeware;

Sem contratação de artistas, modelos e locação de estúdio de gravação.

Etapas:

a) Reunião com representantes da AESCOM para discutir os objetivos do vídeo institucional, público-alvo, mensagem-chave e qualquer requisito específico.

b) Definição do Roteiro em conjunto com a AESCOM na elaboração da produção do vídeo.

c) A ANTT dará apoio para autorização de filmagens nos locais definidos.

d) Identificação dos recursos necessários para a produção do vídeo, como equipamentos de filmagem, gráficos, música, etc.

LISTA DE EQUIPE, EQUIPAMENTO E ORDEM DO DIA

4.4 Aprovações e Revisões: Entrega em mídia digital no prazo de 45 dias corridos após a captação das imagens para aprovação do roteiro e apresentação da 1ª prévia do vídeo.

Após a aprovação da prévia serão necessários 7 dias para a entrega final da mídia.

NATIVA PRODUÇÕES E FILMES

ESPECIALISTAS
AUDIOVISUAL

VEICULAÇÃO VÍDEO:

TV e rádio aberto e fechado ambientes institucionais/ Redes sociais / Material interno e internet por tempo indeterminado.

MERCADO:

Nacional/Internacional

ESPÉCIE:

4k/Full HD

INVESTIMENTO:**CUSTO DE PRODUÇÃO**

R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

FORMA DE PAGAMENTO:

A vista.

VALIDADE DA PROPOSTA:

6 meses.

Nos colocamos a disposição para qualquer dúvida e aguardamos pelo seu retorno,

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente



SANDRA MONTEIRO BONATES
Data: 16/03/2024 11:30:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sandra Monteiro Bonates
Diretora Executivo
CPF: 684.611.192-15
sandraborates@gmail.com
61- 981553566

NATIVA PRODUÇÕES E FILMES LTDA ME

CNPJ: 10.597.651/000164

Endereço Brasília: SMDB, Conjunto 28, lote 3, casa 2, Lago Sul, CEP: 71.680-280

Telefone: + 55 61 981553566

Cliente: ANTT Contato: Livia Ribeiro de Oliveira Agência: N/A Produto: Vídeo institucional	Praça/Período: Nacional/indeterminado Veículos: Interno, eventos e Web Validade da Proposta: 15 dias Forma de Pagamento: 50/50
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Prezados,

Conforme solicitado, segue proposta para produção de vídeo institucional, de acordo TR e descrito abaixo:

Item	Descrição dos serviços	Valor unitário	Valor total
01	<p>Produção de vídeo institucional em versão de aproximadamente 5' (cinco minutos) cujo objetivo é divulgar as atividades da ANTT em apresentações internas e externas.</p> <p>O vídeo será composto através de captações externas solo e aéreas em locações distintas em Brasília e São Paulo.</p> <p>A composição contará com interação de elementos e letterings em computação gráfica, trilha branca, sound design, colorização, locução, renderização, finalização e entrega em formato FULL HD.</p> <p>A produção do material engloba:</p> <p>Equipamentos:</p> <p>Câmeras Blackmagic 4K - set completo (tripés, cartões de memória, lentes, cabos, carregadores, estabilizadores de imagens, gimbal)</p> <p>Drone 4K</p> <p>Iluminação completa (Kinos, calhas, Spots, Fresnéis)</p>	R\$ 139.780,00	R\$ 139.780,00

	<p>Cabeamento, extensões e periféricos</p> <p>Aparelhagem de captação de áudio remota</p> <p>Ilhas de edição e de áudio não-lineares de alta performance de processamento de dados</p> <p>Equipe:</p> <p>Pré-Produção:</p> <p>Produtor</p> <p>Diretor de cena/fotografia</p> <p>Redator</p> <p>Atendimento</p> <p>Produção:</p> <p>Produtor</p> <p>Diretor de cena/fotografia</p> <p>Cinegrafistas</p> <p>Operador de drone</p> <p>Assistente de produção/iluminador</p> <p>Atendimento</p> <p>Técnico de som</p> <p>Pós-produção:</p> <p>Editor de vídeo</p> <p>Animador</p>		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

FP20240116

Data: 16/01/2024

	Logger		
	Colorista		
	Sound Design		
	Render		
	Finalizador		

Nos comprometemos a cumprir todos os itens estabelecidos no TR, cumprindo da melhor forma possível a entrega, atendendo todos os dispostos;

Obs:

- A proposta contempla equipe necessária para a execução do trabalho, tal como utilização de equipamentos e recursos cabíveis para melhor concepção possível da produção;
- A proposta contempla: alimentação, transporte, hospedagem, logística, itens de produção, tal como todos os demais compostos inerentes a execução do trabalho;
- Para edição do material deverá ser enviado pelo cliente: layout, identidade visual, logos e demais informações necessárias para a execução dos serviços;
- O prazo de entrega dos materiais deverá seguir cronograma pré-estabelecido entre as partes;
- Quaisquer outros serviços fora os descritos acima deverão ser orçados separadamente;
- O pagamento referente aos serviços deverá ser realizado com 50% após a aprovação da respectiva proposta e o restante 15 dias após a entrega dos serviços..

Agradecendo por requisitar nosso orçamento, estaremos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida referente a este documento.

Brasília, 16 de janeiro de 2024

Atenciosamente,

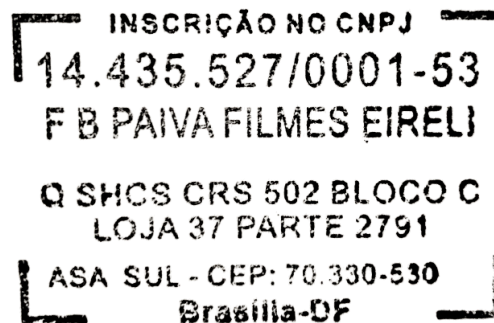


Frederico Paiva – Director Founder

RG: 7230123 MG

CPF: 075.841.046-81

+55 (61) 9 9691-2430 / 3356-7403 | fred@astronautas.com.br



Astronautas Filmes – CNPJ: 14.435.527/0001-53

SHCS CRS 502 BLOCO C S/N LOJA 37 PARTE 2791, Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.330-530

+ 55 (61) 9 9934-9955 | (61) 3356-7403 | (61) 3526-5598

www.astronautasfilmes.com.br